

Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica – réplica

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE *

Os comentários apresentados pelo Prof. McPherson têm a virtude de, por um lado, oferecer evidência adicional pertinente ao tema geral de nosso artigo e, por outro, de permitir que se torne mais clara nossa referência crítica à economia neoclássica, introduzida no final do artigo. Procuraremos, nesta réplica, concentrar-nos nessa referência à economia neoclássica.

Com efeito, não pretendemos utilizar a evidência histórica brasileira para uma crítica a “toda a estrutura da teoria econômica neoclássica”, sendo de se notar, a propósito, como aliás o comentarista aponta, que nas análises do “sistema de colonato” e do “sistema do morador” tiveram papel importante conceitos neoclássicos como os de “custo de oportunidade” e de “produtividade marginal”.

Nossa referência crítica dirigiu-se, de maneira específica, à “parábola neoclássica”, na medida em que ela, ao contrário do tipo de análise neoclássica oferecida pelo Prof. McPherson e outros autores,¹

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

¹ Na mesma linha de argumento do Prof. McPherson, Hunt procura mostrar, com seu interessante trabalho, que “... neoclassical tools are useful in analysing problems of structure, in this case tenurial structure. Economic theory has been described as a box of tools that must be used with wisdom in building new edifices. This box of tools is employed here to attempt a structure suited to the terrain of Latin America, particularly the windswept Peruvian Andes. *Traditional houses of perfect competition don't stand up in such an environment, but it is hoped that other houses will prove quite comfortable*”. Ver Shane Hunt, “The Economics of Haciendas and Plantations in Latin America”, Discussion Paper n.º 29 (Research Program in Economic Development, Woodrow Wilson School, Princeton University, outubro de 1972), p. 3.

implica tornar irrelevante o papel das relações sociais de produção na análise econômica, como procuraremos argumentar em seguida.

Recorde-se, antes de mais nada, que a denominação de “parábola”, devida a Samuelson, surgiu como parte de uma defesa metódica e sistematizada da teoria neoclássica do crescimento e distribuição, em particular da idéia de “... uma relação monotônica inversa entre a quantidade de ‘capital’ e a taxa de lucro.”² Com base nessa idéia, e nos termos da teoria da produtividade marginal, “... a análise incorpora o argumento de que os preços relativos dos fatores refletem a ‘escassez’ relativa de diferentes fatores e que o volume que cada fator obtém do produto nacional é determinado pela tecnologia e dotação relativa de fatores.”³

Essa idéia da “parábola” de uma determinação unidirecional (dotação relativa dos fatores capital e trabalho e tecnologia → preços relativos dos fatores e escolha técnica → distribuição da renda entre salários e lucros) encontra-se, ligeiramente adaptada (mediante a inclusão explícita da terra), na literatura sobre desenvolvimento agrícola, e foi nessa sua forma que pretendemos oferecer uma contribuição crítica, à luz da evidência histórica brasileira.

De modo específico, mencionamos a “hipótese de inovação induzida”,⁴ que não se limita apenas a postular que os preços relativos dos fatores são relevantes para a análise do progresso técnico na agricultura (uma proposição que não é nosso propósito discutir), mas afirma também que esses preços relativos refletem sua escassez relativa, dada pela relação terra/mão-de-obra. Foi precisamente este último elo o objeto de nossa crítica, já que, no Brasil, uma *baixa* relação homem/terra (certamente mais próxima dos Estados Unidos do que do Japão, digamos) não se refletiu, historicamente, num

² Ver Donald J. Harris, “Um *Post Mortem* à ‘Parábola’ Neoclássica”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 4, n.º 3 (dezembro de 1974), p. 588.

³ *Ibid.*, p. 575.

⁴ Ver Y. Hayami e V. W. Ruttan, *Agricultural Development: An International Perspective* (Baltimore e Londres: The John Hopkins Press, 1971). Para uma aplicação dessa hipótese ao caso brasileiro, ver A. C. Pastore, E. R. A. Alves e J. A. B. Rizzieri, “A Inovação Induzida e os Limites à Modernização na Agricultura Brasileira”, trabalho apresentado na XII Reunião Anual da SOBER (Porto Alegre, julho de 1974).

desenvolvimento agrícola poupador de mão-de-obra. A razão desse aparente paradoxo, conforme nosso artigo, encontra-se no papel das relações sociais de produção em *tornar abundante* a mão-de-obra, em termos de seu custo para o sistema produtivo de *plantation*, num verdadeiro “descolamento” de preços relativos de fatores *vis-à-vis* sua “dotação real”.

